

DEBATE

problemas da revolução
brasileira

EDITORIAL: LUTA ANTI-IMPERIALISTA E
LUTA ANTI-CAPITALISTA

MÁRIO ALVES: PLANO TRIENAL - CRÍTICA

Nº 5

FEVEREIRO
71

LUTA ANTI-IMPERIALISTA E LUTA ANTI-CAPITALISTA

Não há estratégia anti-imperialista correta sem uma correta teoria do imperialismo. Não há estratégia anti-capitalista correta sem uma correta teoria do desenvolvimento histórico, das particularidades e das tendências do Modo de Produção Capitalista em nossa época.

Evidentemente não temos a pretensão de resolver aqui estas questões complexas sobre as quais há tanta e tão grande controvérsia no seio do movimento operário e socialista mundial. Pretendemos tão somente indicar em seus aspectos mais importantes as relações entre estas duas questões gerais (do imperialismo e do capitalismo) com o problema da luta anti-imperialista e da luta anti-capitalista no Brasil.

Trata-se, repetimos, mais de formular problemas que de resolvê-los. Neste sentido começaremos por indicar os principais pontos de cuja compreensão depende a correta solução das questões do imperialismo e do desenvolvimento atual do capitalismo em nossa época, em suas relações com a luta revolucionária do povo brasileiro:

- 1) Natureza de classe da ditadura oligárquico-militar
- 2) Natureza da fase atual do imperialismo e do capitalismo (= questão do capitalismo monopolista de Estado)
- 3) A liderança do proletariado na luta pela democracia e pela libertação nacional e a questão do caráter socialista da Revolução.

Os pontos (1) e (2) estão estreitamente relacionados. Distinguem-se na medida em que o primeiro é mais particular que o segundo, ou melhor, na medida em que o primeiro se refere principalmente à situação nacional e o segundo principalmente à situação internacional.

O ponto (3) deverá ser tratado de maneira sistemática quando da discussão (em número posterior) do problema do partido marxista-revolucionário. Só então procuraremos discutir em profundidade a questão da liderança proletária nas diferentes etapas da Revolução. Outro aspecto deste mesmo ponto será no entanto examinado anteriormente, a saber a questão dos dois objetivos táticos principais da presente etapa, a luta pela democracia e a luta pela libertação nacional. Trata-se de saber (a) qual a relação precisa entre estes dois objetivos e (b) qual a relação destes dois objetivos táticos com a luta pelo socialismo.

xxxxxxxxxxxxxxxxxx

O conjunto destas questões deve ser discutido em dois níveis:

- a) ao nível propriamente teórico e científico.
- b) ao nível da consciência atual da esquerda brasileira.

No primeiro caso, só a realidade social objetiva, o processo complexo do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista no Brasil é que entra em consideração. No segundo caso, o que se estuda é a posição que adota a esquerda revolucionária diante do problema.

Enquanto órgão político, Debate não poderia tratar somente do aspecto teórico do problema. Cabe-lhe também participar da discussão que mal ou bem se vem travando no seio da esquerda a respeito das relações entre luta anti-capitalista e luta anti-imperialista.

A discussão é difícil e não poderia nunca se resolver com meia-dúzia de fórmulas pré-fabricadas. No presente número pensamos tão somente em abri-la. Ela prosseguirá mais adiante, e desde já todos os companheiros militantes e simpatizantes de Debate são convocados a dela participar. Só com a discussão política organizada entre os marxistas do Brasil poderemos contribuir para o programa marxista da Revolução Brasileira. Cada um dos próximos editoriais deverá desenvolver em extensão e em profundidade o problema cuja análise ora iniciamos.

Para isso, procuraremos colocar de início as questões mais gerais e indicar os principais elementos e temas de análise. Estaremos assim estimulando concretamente a discussão e propondo a todos os companheiros um método eficiente de pesquisa e de elaboração.

O presente editorial, de caráter introdutório, passará em revista os três pontos principais acima definidos. Tal exame se fará tanto ao nível da situação objetiva da sociedade brasileira contemporânea quanto ao nível da discussão em curso no seio da esquerda.

xxxxxxxxxxxxxx

1) Sobre a natureza de classe da ditadura oligárquico-militar

Cabe distinguir inicialmente as classes e camadas que compõem o bloco das classes dominantes. Cumpre também determinar a natureza político-institucional do regime instaurado pelo golpe de março-abril 64. Sem esta distinção perdermos de vista a realidade concreta. É o que ocorre com as organizações e partidos que "definem" a ditadura atual como "ditadura dos exploradores" ou "ditadura da burguesia", como se nada houvesse acontecido no Brasil em 64, como se o modo pelo qual as classes dominantes brasileiras exercem seu poder político fôsse idêntico ao modo pelo qual o exercem outras burguesias de outros países. No caso de certos "partidos operários" este "equivoco" tem a discutível vantagem de permitir que se preconize para o Brasil a mesma tática que seria válida para os países capitalistas metropolitanos, a saber, a construção do "partido proletário" através da "luta ideológica" e da "propaganda socialista" (entendidas evidentemente de maneira impossívelmente

a-histórica e abstrata). Sem definir as particularidades políticas e institucionais do regime instaurado no Brasil pelo golpe de estado de março-abril 64, nossa esquerda revolucionária continuará a embriagar-se com o próprio canto, continuará a preterir a análise marxista em proveito da retórica vazia do "ultra-esquerdismo". Quão longe se pode chegar nesta direção, mostra-o, não sem uma ponta de ingenuidade, uma recente tentativa do POC em fazer auto-crítica. Como todas as "auto-críticas" do ultra-esquerdismo, esta começa por imodesto e imerecido auto-elogio: "Na época do Ato-5 éramos talvez a organização que maior clareza tinha sobre os fundamentos do poder de classe do novo governo e suas perspectivas". Ocorreu porém, prossegue o POC, que "a visão correta esvaiu-se sem que conseguíssemos retirar as consequências organizatórias e táticas que nos permitissem intervir sobre a realidade". Que diabo de clareza é essa que se esvai assim sem mais nem menos, sem dizer até logo, e sem levar a consequência alguma? O segredo desta estranha evaporação teórica não estaria antes no fato de que... não havia clareza alguma sobre problema concreto algum? Mas deixemos aos editorialistas de "Política Operária" a solução deste enigma.

Nossa tese é fundamentalmente a seguinte : o regime oligárquico-militar não é o único regime político nem sua política econômica a única política econômica capaz de preservar as relações capitalistas de produção na América Latina. Não é tampouco o resultado "necessário", "irreversível", "fatal", etc., etc., da "integração da burguesia brasileira com o imperialismo". Esta concepção simplista, mecanicista, maniqueísta, é levada à caricatura nos escritos do pensador oficial da VPR, Jamil. Ouçamo-lo um pouco :

"o caráter social da produção evoluiu suficientemente para que possamos dizer sem risco de erro que subsistem hoje apenas dois modos de produção viáveis:

a) o imperialismo integrado, personificado pelos gigantescos trustes internacionais...

b) O Estado socialista, apoiado no povo em armas na participação popular constante durante a construção do socialismo. Uma burguesia nacional, lançando-se contra o imperialismo, porque nacional, e sem participação popular, porque burguesa, é hoje um sonho alegre de alguns generais e membros do PCB. No plano histórico é pois absurdo falar em burguesia nacional..."

Realmente Jamil é entendido em matéria de absurdos. Deixemos de lado os mais gritantes, como o "modo de produção imperialista", "o Estado socialista" como modo de produção, etc. etc. Deixemos também de lado o fato curioso de que o "radicalismo" jamilista se apoia nas análises econômicas de autores como Celso Furtado e Barros de Castro. Isto é, que o fundamento teórico de Jamil provenha em linha reta do reformismo tecnocrático. Pergunte-

mo-nos apenas se no Peru, na Bolívia, no Chile - ou então na Argélia, no Egito, etc., o modo de produção dominante é imperialista. Parece que não. No "modelo" jacobinista, tais países só podem ter, como modo de produção, o "Estado Socialista". Embora estranha, a conclusão se impõe na lógica do citado autor. A não ser que, fazendo coro com certos "ultra-esquerdistas", ele sustente que os regimes de Alvarado, de Torres, ou então do coronel Kadhafi são meras "manobras do imperialismo". Que Jamil explique estas dificuldades de sua doutrina...

A questão não está pois em repetir o óbvio - que a ditadura brasileira está "associada" ao imperialismo, que o capitalismo brasileiro "depende" do capitalismo monopolista internacional, etc. A questão está em ir mais além destas constatações gerais, de maneira a determinar a especificidade da situação atual da economia brasileira e da política das classes dominantes.

Para tanto cumpre inicialmente distinguir os principais setores da economia brasileira e em seguida determinar a dialética das relações de produção com a natureza de classe do Estado Brasileiro.

Na economia atual do Brasil podemos distinguir os seguintes setores principais :

1)- um setor capitalista de Estado, abrangendo os ramos de energia, comunicações, transportes e indústria pesada, tanto extrativa quanto manufatureira.

2)- um setor monopolista internacional, abrangendo boa parte das chamadas "indústrias dinâmicas"

3)- um setor integrado ao grande capital internacional, ao nível do próprio processo produtivo. (O exemplo clássico são as fábricas de autopeças que constituem meros apêndices da grande indústria automobilística instalada no Brasil).

4)- um setor monopolista nacional, abrangendo principalmente os ramos industriais chamados "tradicionais". (Um exemplo: o ramo do papel, controlado por monopólios brasileiros - Melhoramentos e Klabin-).

5)- um setor de média e pequena empresa, abrangendo desde a média burguesia industrial até a empresa artesanal (também este setor compreende parte ponderável das indústrias "tradicionais").

6)- o latifúndio tradicional, caracterizado pelo monopólio principalmente extra-econômico da terra, pelo baixo desenvolvimento das forças pro-

dutivas sociais (que se exprime no fato de que os instrumentos de trabalho são rudimentares e são em parte propriedade do trabalhador; neste caso existe apenas, como diria Marx, subordinação formal (e não real) do Trabalho ao Capital), pela natureza pré ou semi-capitalista das relações de produção e da renda da terra (parceria; renda-produto, renda-dinheiro ou renda trabalho), etc. No latifúndio tradicional cabe distinguir dois sub-setôres principais: o agro-exportador e o pecuário, voltado principalmente para o mercado interno.

7)- a grande exploração agrícola capitalista, caracterizada pelo monopólio estritamente econômico da propriedade da terra e portanto pela plena diferenciação entre a classe dos proprietários da terra e a classe dos capitalistas agrícolas, pelo pleno desenvolvimento das relações capitalistas de produção e por conseguinte pela subordinação real do Trabalho ao Capital (ou, o que vem ao mesmo, pela plena separação entre o trabalhador e os meios de produção), o que implica que a base técnica da produção não seja mais a enxada, o facho e o laço.

Este esboço de classificação constitui apenas um ponto de partida da análise marxista das classes sociais no Brasil. Deixamos intencionalmente de lado as diferentes camadas do camponato, que serão examinadas nos artigos do companheiro Fernando de Andrade sobre Classe Operária e Camadas Médias.

xxxxx

xxxxx

xxxx

xxxx

2) Natureza da fase atual do imperialismo e do capitalismo

Sobre esta questão, e por mais que desejemos evitar demasiado envolvimento no detalhe da polêmica sobre imperialismo que se trava hoje em nosso movimento revolucionário, é imprescindível fazer um exame crítico ao menos das concepções mais características. Em seguida proporemos aos companheiros, leitores e simpatizantes de Debate alguns instrumentos de análise que, segundo esperamos, contribuirão para a discussão das questões principais da teoria revolucionária no Brasil.

Em seu já citado trabalho sobre "O Caminho da Vanguarda", Jamil dirige à POLOP, entre outras, a seguinte crítica:

"A POLOP...rejeitou toda palavra de ordem anti-imperialista, trancou-se no obreirismo e no leninismo (de transposição), esquecendo que a burguesia nacional deixou de existir justamente por se ter integrado no imperialismo, e que em consequência, a luta contra nossa burguesia (empresariado) seria necessariamente, desde o início, uma luta anti-imperialista".

Na realidade a discussão é bizantina. No fundo, a diferença entre Jamil e a POLOP é que para o primeiro nosso capitalismo é imperialista ao passo que para a segunda é o imperialismo que é capitalista. Apesar desta "imensa" divergência, Jamil e a POLOP coincidem perfeitamente em seu simplismo dogmático "de esquerda". Evidentemente, a análise marxista da sociedade brasileira e a compreensão dialética das tendências de seu desenvolvimento nada têm a ganhar com este tipo de raciocínio.

Mas os equívocos da discussão atual estão longe de parar aí. Vejamos por exemplo como o MR-8, num documento recente, tenta criticar Jamil :

"Jamil não vê que a exclusão da população é a condição de manutenção da taxa de mais-valia. Não vê nenhuma relação entre os dois movimentos. O imperialismo e a burguesia nacional não teriam condição de manter a taxa de mais-valia que mantêm, deveriam fazer grandes concessões salariais, caso não fôsse justamente, a existência de uma população mantida em desemprego, mesmo que ela seja muito maior que a população empregada".

O texto se refere a uma das teses principais de Jamil : que a classe operária já não teria mais papel revolucionário, posto que o desemprego e o sub-emprego em larga escala (a "exclusão da população"), obrigariam a uma revisão do próprio conceito de proletariado. O novo proletariado, segundo Jamil, seria agora o sub-proletariado e as chamadas camadas marginais.

Que esta - e tantas outras - concepção de Jamil seja a expressão mais

acabada de sua profunda incompreensão do marxismo, não pode haver a menor dúvida. Mas o que há de constrangedor na passagem citada do documento crítico do MR-8 é que ela constitui típico exemplo de uma emenda pior que o soneto. Diz o MR-8: "Jamil não vê que a exclusão da população é a condição de manutenção da taxa de mais-valia". Não sabemos se Jamil vê ou não vê esta relação. Sabemos, isso sim, duas coisas:

1) Mesmo atrapalhando-se a um ponto inimaginável ao tentar tirar as conclusões táticas da realidade que observa, a verdade é que Jamil ao menos observa que o desemprego em massa (e o sub-emprego em massa) no Brasil atual é devido principalmente à elevada composição orgânica dos capitais investidos nas indústrias dinâmicas. Trata-se de fenômeno sobejamente comentado por economistas não-marxistas, tais como Celso Furtado, Candal e Barros de Castro. Claro que Jamil acredita piamente nestes economistas e é incapaz de criticá-los de um ponto de vista marxista. Mas ao menos Jamil ouviu cantar o galo.

2) Ao passo que o MR-8 ignora completamente o caráter do desenvolvimento capitalista no Brasil ao relacionar o desemprego em massa não com a elevação da composição orgânica do capital, mas com a taxa de mais-valia. Este equívoco provém de grosseira confusão entre taxa de mais-valia e taxa de lucro, isto é da ignorância do ABC do marxismo. O que condiciona, em nossa época, a manutenção da taxa de mais-valia é a baixa do valor da força de trabalho; a mais-valia, em nossa época é relativa e não absoluta. Esta baixa, como se sabe, é provocada pelo aumento da produtividade do trabalho e em especial pelo aumento da produtividade nos ramos industriais que produzem as mercadorias que entram no consumo do operário e que portanto determinam o valor da força de trabalho. O que significa que mesmo em condições de pleno emprego a taxa de mais-valia pode aumentar, bastando para isso que numa jornada de trabalho de 8 horas o trabalhador reponha o valor de sua força de trabalho em 2 horas, por exemplo, em vez de 4 horas. O valor diário da força de trabalho baixando de 4 para 2 horas, teremos uma elevação da taxa de mais-valia de 100 % a 200%. Ora, a taxa de lucro (que é, para os marxistas, o objetivo da produção capitalista), pode perfeitamente aumentar mesmo que baixasse a taxa de mais-valia (como igualmente pode baixar mesmo que aumente a taxa de mais-valia). A taxa de lucro depende diretamente da composição orgânica do capital. Se esta se eleva, então ela automaticamente baixa. Com efeito, a taxa de lucro é a relação entre o capital total investido e a mais-valia. A medida em que, no capital total, aumenta a porcentagem de capital constante relativamente à porcentagem de capital variável, diminui a taxa de lucro. É esta, se-

gundo Marx, a lei fundamental do desenvolvimento histórico do capitalismo. É esta lei que se manifesta no Brasil de maneira ainda mais notória que nas metrópoles capitalistas, já que no Brasil a concentração monopolista da produção se realiza nas condições de dependência do imperialismo. A composição orgânica do Capital é extremamente elevada nas indústrias "dinâmicas" que pertencem justamente às grandes corporações monopolistas internacionais. Do ponto de vista da organização técnica da produção isto significa que o volume e a produtividade dos meios de produção são extremamente elevados, que um mesmo trabalhador produz incomparavelmente mais do que produzia com os meios de produção anteriores. Do ponto de vista da composição orgânica do Capital, isto significa que a parte do Capital que paga os salários (capital variável) diminui relativamente à parte do Capital que paga os meios de produção (Capital constante). É esta a razão determinante da estagnação da porcentagem de operários industriais na população ativa, é esta a razão principal do desemprego e do sub-emprego em massa. E não, como diz o MR-8, "a manutenção da taxa de mais-valia". Por isso dissemos que, apesar de tudo, Jamil está mais perto da realidade que seus críticos do MR-8. Pior: ligando o desemprego em massa, na época do grande capital imperialista, à "manutenção da taxa de mais-valia", em vez de ligá-lo à elevação da composição orgânica do Capital e à consequente baixa tendencial da taxa de lucro, o MR-8 revê a teoria marxista que faz da baixa tendencial da taxa de lucro a lei geral do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista, substituindo-a por uma "lei" da baixa tendencial da taxa de mais-valia...

Não é pois de espantar que, orgulhosos desta sua "descoberta", os "teóricos" do MR-8 proclamem, com uma auto-satisfação tanto mais infundada quanto maior é o disparate cometido, que "o MR-8 representa uma liderança dentro da vanguarda pelo rigor de sua análise, pela coerência de sua visão sobre as transformações necessárias". Marx e Lênin eram bem mais modestos. Nunca se auto-intitularam de vanguarda no quadrado, de liderança da vanguarda. Mas é verdade que não tinham descoberto a "teoria" da baixa tendencial da taxa de mais-valia...

Diante do panorama desolador que apresenta o debate teórico atual, e diante sobretudo do abandono real (ainda que inconsciente) do terreno científico do marxismo, cumpre com paciência, seriedade e persistência, retomar, por caminhos certos, ainda que difíceis (adaptando a nossos tempos a famosa frase de Marx em sua apresentação do Capital, poderíamos dizer que não há estrada asfaltada para a ciência...), a discussão do capitalismo e do imperialismo em nossa época. Desta vez, contentar-nos-emos em propor aos companheiros um texto preliminar, extraído do artigo "Introdução à questão do capitalismo monopolista de estado" de Paul Boccara. Trata-se de uma tenta-

tiva de síntese do processo histórico de desenvolvimento do capitalismo. É um texto provisório e que apresentamos apenas como material para o projeto geral de elaboração acima proposto:

"O CAPITALISMO MONOPOLISTA DE ESTADO, FASE DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA"

...
"A teoria marxista distingue 3 estágios fundamentais na evolução do capitalismo :

- 1-o estágio primitivo ou ainda manufatureiro.
- 2-o estágio clássico, da fábrica, ou plenamente concorrencial
- 3-o estágio imperialista ou monopolista em geral.

A evolução no interior de um estágio, prepara o estágio seguinte, com profundas transformações da estrutura econômica capitalista. Por exemplo, pode-se considerar que ao longo do estágio manufatureiro, produz-se, no interior de uma economia nacional, a passagem das relações não capitalistas dominantes, à dominação das relações capitalistas sobre o conjunto da economia. Igualmente, o estágio da fábrica dá lugar à concentração e centralização crescentes do capital : produz-se então a passagem da multiplicação dos capitalistas como tendência dominante à tendência à "descapitalização", segundo a expressão de Marx.

Assim, o estágio imperialista se caracteriza por transformações que conduzem da livre concorrência ao monopolismo simples, e do monopolismo simples ao monopolismo de Estado. A partir de um certo grau de evolução parece ser possível distinguir uma fase nova no interior do estágio imperialista : a fase do capitalismo monopolista de Estado".

Cronologia do capitalismo monopolista de Estado:

"O Capitalismo Monopolista de Estado, anunciado por transformações significativas que se produziram desde o início do estágio imperialista, no fim do sec. XIX, começa a marcar o conjunto da economia nacional durante a guerra de 1914-1918, nos países capitalistas beligerantes.

Após um período de recuo...conhece uma progressão considerável durante a "grande depressão" dos anos 30. É então que a economia nazista da Alemanha hitlerista ou a economia dos Estados Unidos inaugurada pelo New Deal de Roosevelt constituem dois exemplos particularmente eloquentes do desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado em seguida a duas tentativas (uma de direita e outra de esquerda) para salvar o capitalismo em crise ...".

"Após seu desenvolvimento generalizado durante a 2 guerra mundial, o capitalismo monopolista de Estado se expande...em todos os países capitalistas adiantados".

3)A liderança do proletariado na luta pela democracia e pela libertação nacional e a questão do caráter socialista da Revolução.

Mais ainda que nos dois tópicos anteriores, iremos aqui apresentar exclusivamente um sumário dos temas a serem tratados posteriormente.

São eles os seguintes :

a) natureza de classe, particularidades e dinâmica das instituições oriundas do golpe de 64 (estado oligárquico-militar).

b) caráter autocrático do regime; alcance e conteúdo da luta contra a ditadura; o Exército como "partido político" da burguesia.

c) democracia e liberdade como palavras de ordem e como aspirações das grandes massas da população;

d) democracia e libertação nacional como principais momentos táticos da luta pelo socialismo; socialismo autocrático e democracia dos trabalhadores. Importância relativa da luta pela democracia e da luta de libertação nacional na conjuntura atual. Luta pelo socialismo como luta de massas. Crítica do vanguardismo: quem quer fazer a revolução sem as massas vai querer "construir o socialismo" sem as massas.

e) o papel histórico da classe operária. A liderança do proletariado e a etapa socialista da revolução supõem que a classe operária esteja organizada como classe politicamente dominante. Sem poder operário não há socialismo e sem a dominação política da classe operária não há poder operário. Esta dominação deve se manifestar na prática política real da classe, a partir de suas frações mais avançadas. (Nesse sentido as teses da VAR-PALMARES e do MR-8 sobre a "massa avançada" nos parecem corretas, bem como a crítica que faz o MR-8 à oposição mecânica entre "vanguarda e massa", tão a gosto de certos vanguardistas como Jamil).

f) luta operária e resistência armada à ditadura. O papel historicamente revolucionário da luta armada. Os desvios militaristas e vanguardistas. O jacobinismo, teoria da decadência política da classe operária. O vanguardismo "ideológico" dos marxistas "de esquerda". Passagem à questão do partido marxista-revolucionário.

xxxx

xxxx

xxxx

xxxx

xxxx

Tal é o programa de trabalho que propomos a todos os aderentes e leitores de Debate. Não temos hora marcada para terminá-lo. Temos a firme disposição de levá-lo até o fim, associando a nosso trabalho quantos companheiros fôr possível. Ao mesmo tempo, iremos publicando os textos de indivíduos ou organizações que contribuam para esta elaboração. A publicação de "A Crise Brasileira" de Carlos Marighella é um exemplo. O texto de Mário Alves, publicado neste número, outro. Mas para nós, isso é apenas um começo...

O MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO DO REFORMISMO A REVOLUÇÃO

(continuação do número anterior)

Júlia Moura

II - O MOVIMENTO ESTUDANTIL E AS CONTRADIÇÕES DA SOCIEDADE BRASILEIRA

A radicalização do movimento tem suas raízes profundas nas contradições da sociedade brasileira. É no aguçamento dessas contradições, nos cinco anos posteriores ao golpe, que se encontra a significação real da "explosão de 1968". Não se trata aqui de determiná-las em si, mas sim de analisar como os estudantes fizeram a experiência de tais contradições, enquanto estudantes.

No Brasil, de ano para ano, aumenta vertiginosamente em termos absolutos o número de candidatos à educação superior. Ora, as universidades brasileiras oferecem um número irrisório de matrículas porque foram criadas em parte no século XIX, em parte nos primeiros 30 anos deste século para atender uma reduzidíssima elite sócio-econômica (1).

O problema dos excedentes - alunos aprovados nos duros exames de ingresso às faculdades, mas eliminados por falta de vagas - se colocou nos últimos anos, sempre com maior intensidade. Como os candidatos preferem os centros mais reputados, São Paulo e Guanabara, o "problema dos excedentes" adquiriu grande poder agitativo exatamente naqueles centros (2). Essa experiência frustrativa que atinge de ansiedade também os meios secundaristas, permitiu iluminar, a partir de seu aspecto meramente quantitativo, a concepção elitista de educação superior vigente nos meios oficiais e na própria Universidade. Com as palavras de ordem "educação em massa", "mais escolas e menos quartéis", os estudantes nas ruas contestavam o plano orçamentário do governo: o aumento escandaloso dos gastos militares, pelo menos duas vezes superior às verbas destinadas à educação, incluindo a primária, e secundária. (No Brasil, 45% da população adulta é analfabeta).

Outra situação relevante foi a rápida mudança ocorrida nos últimos 10 anos na composição sócio-econômica da clientela universitária. Os estudantes brasileiros hoje em dia podem ser qualificados como uma camada predominantemente pequeno-burguesa, e isso por várias razões. Primeiro, porque de fato aumentou contínua e regularmente a proporção de estudantes cuja classe de origem é a pequena burguesia. Segundo, porque o rompimento total ou parcial dos laços de dependência para com a família de origem (fato que tende a se generalizar cada vez mais no grandes centros), leva o estudante a ser também um assalariado; se isso implica em maior autonomia financeira, representa ao mesmo tempo um empobrecimento relativo face às condições de vida anteriores. Finalmente, graças à afluência crescente de

elementos semi-proletários tanto das zonas industriais periféricas das grandes cidades, como das regiões economicamente periféricas do País, especialmente do Norte e do Nordeste.

Esse conjunto sócio-econômico, originalmente heterogêneo, foi extremamente sensível às contradições aprofundadas pela política econômica oficial. De um lado, é inegável, continuou havendo depois de 1964 uma expansão significativa na oferta de empregos altamente remunerados para os vários tipos de profissionais e de técnicos: nos setores industriais mais dinâmicos (públicos e privados), no setor serviços, especialmente publicidades, propaganda e sobretudo nos meios de comunicação de massa; finalmente nas empresas particulares de planejamento. Entretanto, a oferta de empregos para os vários tipos de profissionais saídos das escolas superiores é limitada e inferior ao aumento da procura. Mas, a questão não se reduz aos seus termos econômicos, ao contrário. A redução das margens de desenvolvimento no Brasil, agora circunscrito aos principais centros do sul do País, liquidou de vez nas esquerdas com o desenvolvimentismo - mito tecnocrático de uma sociedade capitalista aberta. Em particular, a desintegração dos órgãos de planejamento estatal, que antes de 1964 visavam desenvolver as zonas pobres, veio eliminar a oferta de empregos para os quadros de formação universitária que almejavam alguma forma de engajamento. Qualquer que seja o ritmo de expansão e de diferenciação da estrutura ocupacional naqueles centros, mesmo que o governo agora crie novos órgãos de planejamento, objetivamente o futuro dos estudantes, seu destino social e político está selado: servir aos interesses nacionais e imperialistas cristalizados e organizados ditatorialmente desde 1964. Mais ainda, no plano profissional a frustração de aplicar limitadamente os conhecimentos adquiridos, já que nos setores industriais estratégicos o "know how" é importado: muitas vezes os próprios técnicos.

Essa situação objetiva era, já em 1967, uma verdade reconhecida pela vanguarda do movimento estudantil (3).

Finalmente, uma terceira experiência, a inadequação existente entre o ensino tradicional (formalista e bacharelesco), a estrutura de poder na Universidade, de um lado, e as "exigências da realidade brasileira", de outro era uma evidência tanto para a esquerda como para a direita. Tornava-se absolutamente necessário atualizar o ensino e modernizar a estrutura da Universidade.

A resposta do governo orientado pelo tristemente famoso Mister Atcon (4) foi a privatização da Universidade: ensino pago, tecnificação do ensino a serviço das limitadíssimas exigências das grandes empresas (especial-

mente pobre em países dependentes), direções acadêmicas integradas por capitães-de-indústria, financistas e demais "homens-de-bem" da "comunidade". A resposta dos estudantes: ensino gratuito, educação em massa, voltada para o desenvolvimento autônomo da sociedade brasileira, representação paritária em todos os níveis de direção universitária. (No Brasil, quase não existia representação estudantil, havia apenas um representante nas congregações de faculdades e nos Conselhos Universitários).

O nível de politização alcançado pelo movimento, como se verá, preservou os estudantes brasileiros das ilusões tecnocratas, com sua ideologia modernizante e pseudo-progressista - canto de sereia que seduziu até certos professores "engajados".

Tôdas essas contradições se condensaram em 1968, na luta pela Reforma Universitária autônoma, que se generalizou por todo o País. Os estudantes a definiram como uma questão preponderantemente política; veremos mais adiante o âmbito dessa luta e as formas que assumiu. Antes porém conviria tematizar os marcos estruturais e os aspectos conjunturais que constituem as condições de possibilidade da recente conversão dos estudantes em revolucionários. E sobretudo, indicar as diferenças entre os países capitalistas desenvolvidos e os países dependentes e semi-coloniais da América Latina, no que se refere àqueles marcos.

III-OS ESTUDANTES E A REVOLUÇÃO

O movimento estudantil brasileiro se inscreve em um vasto movimento internacional de estudantes, mobilizados espontaneamente a partir da generalização de uma consciência anti-imperialista e anti-capitalista - frequentemente anti-revisionista. A este poder de contestação os jornalistas e sociólogos burgueses costumam desqualificar através de explicações unilaterais (e portanto falsas) como "rebelião da juventude"; ou a reduzem a aspectos gerais, abstratos e pré-políticos, como "luta de gerações". Escamoteiam, assim, a ameaçadora novidade que representam tais movimentos.

Por que uma grande parcela de estudantes hoje agita a bandeira revolucionária e porque estes se constituem na Europa, na América Latina e, em menor grau nos Estados Unidos, nos mais ativos críticos do capitalismo, com frequência nos propagandistas decididos da revolução? Esta simples evidência, esta constatação empírica já é suficiente para preservar os observadores honestos contra o "sociologismo". O "sociologismo" é um moderno e "respeitável" desvio, teórico e prático, que consiste em deduzir (e sobretudo reduzir) mecânicamente a significação e o alcance políticos de um movimento, da origem de classe de seus integrantes - no caso dos estudantes, pequeno-burguesa. Na verdade as razões gerais que explicam a incorporação decidida de boa parcela dos estudantes à luta

de classes no mundo atual, e que conferem universalidade à sua luta são os seguintes.

- 1) A situação social e demográfica dos estudantes como um conjunto imediatamente organizável e de rápida mobilização. Estão concentrados em escolas, faculdades e centros, por sua vez aglutinados nas zonas urbanas, isto é, de maior concentração populacional, onde a densidade social é maior e a vida política mais intensa. Enquanto estudantes estão unificados por uma vida coletiva própria, por experiências comuns e por interesses que lhe são específicos, embora transitórios. Grças a isso, representam virtualmente uma força social e política disponível comparável no mundo moderno à do proletariado, das Forças Armadas e da Igreja.
- 2) Camada privilegiada em um mundo em que domina a grande divisão entre trabalho intelectual e trabalho braçal, sua atividade principal consiste: na assimilação dos meios de produção da cultura e da civilização universal, meios teóricos, científicos e tecnológicos. Em virtude dessa situação particular, os estudantes constituem o ambiente intelectual mais receptivo à liberdade de pensamento, de crítica e de experimentação. O que é reforçado por sua disponibilidade parcial e por seu parcial envolvimento nas engrenagens do sistema. Os estudantes representam por tudo isso o meio privilegiado em que a circulação de verdades se torna mais intensa.
- 3) Os estudantes vivem de maneira mais radical que nunca a inadequação entre o que a Universidade lhe oferece e o que poderiam efetivamente aprender; e entre o que aprendem e a futura aplicação de seus conhecimentos. O desenvolvimento tecnológico, como é sabido, implica o crescente deslocamento da mão-de-obra tradicional em benefício de quadros de formação técnica e científica. A extensão da educação superior para amplas camadas da população nos países desenvolvidos se converteu em exigência fundamental para a reprodução e expansão do sistema capitalista. Ora, esse processo é um processo contraditório, tanto social como politicamente : progressista porque a Universidade, outrora privilégio de elites, se abre para um conjunto socialmente diferenciado, isto é se ampliam as oportunidades educacionais para as classes médias, para indivíduos semi-proletários e mesmo para os de origem proletária. Por outro lado, a natureza e função da Universidade se modificaram no mundo atual: no sentido de que sua relação-subordinação com o sistema tende a ser direta e imediata. Essa mutação se reflete no conteúdo do ensino, na orientação das pesquisas, nas formas e fontes de financiamento, no controle das decisões académicas - enfim, na própria estrutura de poder dentro da universidade. Nos países desenvolvidos - e o caso limite é o dos Estados Unidos - a Universidade tende a se converter predominantemente, no centro de formação e mesmo de recrutamento de mão-de-obra intelectual. Os estudantes (e

isso se projeta sobre seu futuro como especialistas e técnicos) se convertem também em peças fundamentais para a produção de meios de produção, de consumo, de destruição e de repressão.

Aquela contradição é sobredeterminada: a Universidade tal como é ou tende a ser (heterônoma) é antagônica ao conceito de Universidade postulado pela ideologia liberal-democrática, isto é autônoma, lugar de produção de conhecimentos desinteressados, etc.

Os estudantes, portanto, fazem à sua maneira a experiência da contradição entre as imensas potencialidades das forças produtivas atuais e da produtividade teórica, de um lado e as relações de produção de outro, que operam também no plano acadêmico e cultural. São estas que decidem do ritmo de desenvolvimento, do destino social e do uso político daquela produtividade.

Essa contradição é vivida como antagonismo também por uma fração de jovens intelectuais - profissionais e docentes. A crise da Universidade, portanto se manifesta não apenas como crise cultural e social, mas cada vez mais como crise política. Envolve um número crescente de indivíduos (graças à expansão e diferenciação de oportunidades em que implica a dinâmica interna do sistema); e os remete tendencialmente, à oposição ao sistema. Daí a tendência estrutural a assumir um caráter político ameaçador.

4) Nos países dependentes como os da América Latina aquela contradição básica assume principalmente a forma de um antagonismo entre o imperialismo e os países semi-coloniais. Nesse caso, a expansão da educação universitária aparece originariamente associada ao projeto de ascensão econômico-social das classes médias; cujas expectativas tinham base objetiva no período de expansão econômica e de diferenciação da estrutura ocupacional que corresponde ao processo de substituição de importações. Esgotada essa pobre idade de ouro para a maioria dos países latino-americanos, consolidada a dependência econômica em relação ao Império, esta se desdobra em uma dependência tecnológica e científica crescente. Daí a contradição entre as necessidades objetivas científicas e tecnológicas do sistema capitalista nos países semi-coloniais e a pressão social por ampliar as oportunidades de acesso à educação superior. Uma contradição difícil para as "elites dominantes" associadas aos interesses do Império. Se concedem à pressão social, criam cientistas especialistas e técnicos cuja marginalidade ou sub-utilização ficará visível para uma boa parcela entre eles antes mesmo de deixarem os bancos escolares. Além do gasto inútil que representam, podem constituir uma camada tecnicamente qualificada e ao mesmo tempo socialmente desqualificada e portanto explosiva. Essa contradição também é sobredeterminada: a formação humanista tradicional, ainda vigente nas universidades latino-americanas colide com a ideologia

imperialista e com a ideologia de seus aliados internos; isto é, a da educação superior a serviço da especialização técnica, ainda que subalterna e limitada. A outra alternativa que se oferece para as classes dominantes - restringir a oferta das oportunidades educacionais proporcionalmente ao aumento da procura - é francamente anti-popular e desprestigiada para elas; com frequência, imediatamente explosiva. É evidente que ambas alternativas não são exclusivas, pelo contrário, nos regimes autoritários e militaristas (que constituem a maioria), as duas alternativas tendem a aparecer combinadas. É por isso que a política universitária e educacional do Império e de seus aliados internos nos países dependentes da América Latina, tendencialmente se orienta por um projeto ao mesmo tempo técnico e elitista. É também por isso que o antagonismo entre os estudantes, a jovem intelectualidade e o sistema assume um caráter mais rígido e irreversível. De um lado, redução das saídas táticas néo-populistas eficazes para os grupos dominantes no que se refere à política educacional; de outro, para os universitários, candidatos às universidades e mesmo uma fração dos egressos, a inexistência de alternativas os conduz rapidamente ao caminho revolucionário. Como veremos, foi o caso do Brasil de 1968-1969.

5) As situações acima descritas se refletem, no plano das idéias, no seguinte resultado geral: nos países capitalistas atuais a burguesia tende a ser derrotada no plano teórico-ideológico. Por isso ela se refugia nos estreitos limites do pensamento tecnocrático, na causticidade cínica e um pouco masoquista e na fetichização sem princípios da "eficiência". A ideologia anti-imperialista e anti-capitalista, com seu ímpeto crítico contundente, se insinua no próprio nervo do imperialismo, através das lutas raciais nos E.U. e através das universidades norte-americanas. Para esse tipo de luta - ideológica - os estudantes foram e são os combatentes mais qualificados.

6) Essa expansão das idéias revolucionárias de caráter socialista (China, Cuba, Vietnã) cuja prática deu novo impulso à crítica do revisionismo. No caso dos países dependentes tais experiências tiveram o caráter de exemplaridade; e nos metropolitanos serviram como elemento aglutinador e originário da desmistificação tanto da democracia interna quanto da esquerda tradicional.

No plano ideológico essa situação se reflete na recusa de todo dogmatismo; positivamente assume a forma de um interesse renovado pela tradição revolucionária clássica (Marx, Engels, Rosa Luxemburgo, Lênin) e recente (Mao); na reabilitação dos críticos da burocracia e na projeção mundial dos representantes-símbolos do internacionalismo proletário (Che, Trotski). Em graus diferentes de frequência, esses revolucionários foram lidos e empunhados como bandeira pelos estudantes latino-americanos, franceses, italianos e alemães.

7) Finalmente, o "jovem" representa um mercado consumidor de eleição, objeto principal dos meios de comunicação de massa - cuja enorme expansão é um dos traços característicos do capitalismo contemporâneo. Os proprietários de tais meios se orientam por um comportamento contraditório: manipulação do público e ao mesmo tempo concessões ao clima imperante. Ora, o interesse imediato das editoras capitalistas, o lucro, as leva também a atender aquele consumidor inquieto: a multiplicar a produção em grande escala de livros direta ou indiretamente subversivos - e cujo conteúdo contraria seus próprios interesses de classe a médio ou longo prazo. Cohn-Bendit aponta essa contradição. "Nesse sistema mercantil, os capitalistas se dispõem a preparar sua própria morte (enquanto capitalistas, decerto, e não enquanto indivíduos), divulgando idéias revolucionárias, desde que a curto prazo elas lhes rendam dinheiro. Para isso nos pagam generosamente (a Cohn-Bendit antes que tivesse escrito uma só linha) ainda que saibam que esse dinheiro servirá para fabricar coquetéis molotov, e porque creem a revolução impossível. Cabe aos leitores desenganá-los!" (Le Gauchisme, Remède à la Maladie Sénile du Communisme).

IV- 1968: O MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO E O CAMINHO REVOLUCIONÁRIO

Em 1968 a unidade do movimento estudantil (em nível político superior e para além das divergências político-ideológicas realmente existentes) se forjou ao mesmo tempo na luta direta contra a repressão e em torno de uma reivindicação positiva, a "re-estruturação da Universidade" - palavra de ordem alternativa à "Reforma" oficial.

Ao longo de quase todo o ano letivo, de março a outubro, os estudantes brasileiros permaneceram mobilizados, defrontando-se com a repressão em todas as suas modalidades. Nas manifestações, nos combates de rua, nas cerimônias fúnebres de seus companheiros. No interior das faculdades e das escolas, questionando agressivamente o autoritarismo e o paternalismo vigente nas relações entre professores e alunos; denunciando manobras protelatórias e conciliadoras dos órgãos dirigentes das universidades. Finalmente, reagindo contra os grupos néo-fascistas constituídos por jovens da oligarquia e da alta burguesia, por lumpen e por membros das Forças Armadas. Esses grupos terroristas de ultra-direita, armados e integrados por membros do Exército e da Aeronáutica, aglutinados sob as siglas C.C.C. (Comando de Caça a Comunistas) e M.A.C. (Movimento Anti-Comunista) agiam diretamente em S. Paulo, Guanabara e Rio Grande do Sul, contra estudantes, intelectuais e artistas progressistas.

Dois características gerais marcam nacionalmente as lutas estudantis. Em primeiro lugar, a integração consciente, por parte da vanguarda, entre o nível reivindicatório e o nível político - explorados de forma combinada e sistemática junto à massa de estudantes. Tática correta, embora nem sem-

pre levada a cabo até suas últimas consequências. A agitação em torno da falta de verbas para a educação, o problema dos excedentes ainda mais agudo em 1968, a denúncia do Plano Educacional do Governo, foram o núcleo agitativo inicial que possibilitou orientar a massa para a oposição ao regime; para a denúncia do poder burguês e do imperialismo; e finalmente mobilizar uma grande parcela das bases para a propaganda revolucionária. Os principais centros, sintomaticamente, o Calabouço (Guanabara), Conjunto Residencial da Universidade de S. Paulo - e de modo geral as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, as mais procuradas pelos secundaristas politizados, com 2.000 excedentes em seu total.

Em segundo lugar, modificou-se radicalmente a qualidade da propaganda, orientada em torno das ações violentas (de grupos ou de massa), tais como invasões de reitorias, ocupações de escolas e de faculdades, atentados contra edifícios e veículos públicos nas manifestações. Cada uma dessas ações, criava novos desdobramentos de agitação, de protesto contra espancamentos e assassinatos de estudantes. Isso deu origem à formação dos "grupos de defesa", proteção à massa e às lideranças, um esboço provisório (e que se revelou insuficiente) de especialização para-militar no interior do movimento estudantil.

A primeira fase de 1968, de março a comêços de agosto, em meios a avanços e recuos, a ondas repressivas, a trajetória do movimento foi ascendente, e seu pontp alto os menses de junho a julho. Há diferenças regionais de alcance e no conteúdo dessas lutas, que convém apontar. Na Guanabara as lutas estudantis sensibilizaram aplos setôres da pequena burguesia, para além daqueles setôres que habitualmente aderiam (clero progressista, jornalistas, professores secundários e uma parcela dos professores universitários e artistas). "A passeata dos cem mil" deve-se em grande parte a liderança de Vladimir Palmeira, que desenvolveu uma campanha sistematica de denúncia da ditadura junto à população, e de propaganda pela implantação de um govêrno de trabalhadores. Tarefa facilitada pela especial ferocidade da repressão naquêlo estado, quando das passeatas e manifestações. É inegável também que a pequena-burguesia carioca é bem mais politizada do que a de S. Paulo, onde essa camada, competitiva e individualista, permaneceu estranha ao movimento. Em S. Paulo, até julho de 1968, além das manifestações de protesto circunscritas ao movimento estudantil e a intelectuais, o pólo catalizador principal seria a "re-estruturação da universidade", e a defesa da "representação paritária" em todos os níveis de direção acadêmica. Essa a tática defendida por José Dirceu, depois de várias oscilações que guardavam resíduos de reformismo, agressivamente denunciadas pelas bases. A superação de tal desvio se deu por volta de junho. Foi em S. Paulo e em Minas Gerais, entretanto, onde se apresentou uma alternativa prática

que objetivamente possibilitou a radicalização do movimento estudantil, através da ruptura de seu isolamento, a saída do impasse em que se encontrava. Era óbvio que "estudante sozinho não faz revolução", mas de fato, os estudantes no Brasil constituíam o único movimento de massa ativo e contínuo.

O 1. de Maio "vermelho" em S. Paulo - a primeira ação violenta de massa depois de 1964 - levada a cabo por operários e estudantes de vanguarda (contrariando a própria liderança que se absteve nessa ocasião), já apontava para um novo tipo de aliança. Em junho, a greve operária na Cidade Industrial de Minas Gerais (com 11.000 trabalhadores) contou com o apoio estudantil, espontâneo ou mediatizado por organizações de esquerda. Os acontecimentos de julho foram ainda mais significativos. No Brasil, nunca tinha havido ocupações de fábricas por operários. A greve ilegal e as ocupações de fábricas por operários. A greve ilegal e as ocupações de fábricas pelos trabalhadores de Osasco (bairro industrial paulista com alta concentração de operários), coincidiram com as ocupações de faculdades em S. Paulo e com o ponto alto das lutas estudantis. A integração entre a jovem vanguarda revolucionária do movimento operário e a vanguarda do movimento estudantil se fez também em parte espontaneamente, em parte através das organizações revolucionárias.

Estava dada para o conjunto do movimento estudantil brasileiro a saída revolucionária imediata, que apontava para a consecução na prática dos princípios ideológicos tantas vezes agitados.

Apesar de seu posterior esvaziamento, aluta pela Reestruturação da Universidade e pela representação paritária teve significação política de efeitos não pouco duradouros. Foi uma demonstração viva e vigorosa de como, em tempo de crise, isto é de agudização das contradições sociais uma questão que se convencionava como "puramente técnica", revela sua natureza essencialmente política. Uma das conquistas ideológicas mais significativas do movimento foi o de provocar a explosão da falsa antinomia entre técnica e política, vigente nos meios acadêmicos e que circula com falsos privilégios de ciência nas estufas em que floresce a tecnocracia. Os estudantes paulistas tomaram consciência, sem qualquer concessão populista ou ativismo teórico, dos inúmeros problemas e dificuldades técnicas em que, indiscutivelmente, implicava a reestruturação. Mas, ao mesmo tempo, fizeram a experiência de que as soluções técnicas mais simples e elementares se chocavam com os interesses cristalizados, e isso em vários níveis. Desde a instituição da cátedra, base de todo poder (e de toda incompetência técnica) no interior da Universidade; passando pela política educacional do governo, profundamente classista; até a ofensiva do imperialismo norte-americano, agora também no plano educacional.

São êsses antagonismos que explicam o caráter predominantemente polí -

tico e o tom extremamente agressivo da luta em 1968, no interior das faculdades. São eles também que estão na raiz de um duplo movimento: de um lado, a questão da Reforma ou Reestruturação da universidade extravazou rapidamente do âmbito acadêmico, envolvendo não apenas os estudantes, os órgãos dirigentes da Universidade e o governo, mas incorporando à polêmica os ideólogos da direita e do centro, o clero progressista e amplos setores oposicionistas. De outro lado, inversamente, revelou no próprio interior da Universidade, de forma aguda, os conflitos sociais e políticos que atravessam a sociedade brasileira. Provocando um antagonismo radical no interior do corpo docente, teve a função de definitivo divisor-de-águas: entre aqueles muitos que pactuam (e que pactuariam ainda mais em 1969) pela ação, omissão ou por manobras populistas - e aqueles capazes de colocar os problemas fundamentais, (inclusive o da educação) do ponto de vista das classes dominadas e de atuar consequentemente.

Em 1968 o movimento estudantil brasileiro desempenhou três funções principais:

1) Contestação da política imperialista norte-americana e denúncia do Estado burguês-latifundiário-militar como seu principal agente interno.

A partir da denúncia do acordo secreto entre o Ministério de Educação e Cultura e a Usaid (o acordo MEC-USAID se baseava no referido relatório At-con) generalizaram-se em quase todos os pontos do país as manifestações anti-imperialistas. O movimento obrigou o governo a um novo recuo (quanto à política educacional), que se traduziu em um projeto de reforma universitária - igualmente inaceitável, mas onde as influências norte-americanas eram bastante atenuadas.

2) Ameaça direta à estrutura de poder no interior da Universidade graças ocupações de faculdades, à exigência de representação paritária, à recusa em reconhecer os órgãos universitários dirigentes e ao combate à cátedra. Em S. Paulo, a imposição de direções paritárias ao nível de Departamentos e de Faculdades implantou uma dualidade de poder: os estudantes e professores eleitos para tais órgãos paralelos fizeram a experiência de uma alternativa de poder mais democrático, esvaziando de fato (temporariamente) a dominação das cátedras e dos organismos dela derivadas. Mais ainda, surgiu da Paritária da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo, um projeto de reforma universitária que fixava as exigências mínimas - técnicas e políticas - para uma Universidade democrática e popular.

3) Agitação em torno de uma alternativa de poder proletário-camponês e a propaganda da violência revolucionária para implantar tal poder. (É importante ressaltar que essa ofensiva do movimento estudantil se inscrevia num quadro político inédito, isto é, na nova situação criada pelo desena-

deamento de sucessivas ações armadas no Brasil de 1968, levadas a cabo por organizações clandestinas. de esquerda.

Nas assembléias estudantis a luta política e ideológica entre as várias organizações de esquerda (Ação Popular, dissidências do Partido Comunista do Brasil e uma dissidência dêsto, Ala Vermelha) se concentrou em torno de uma exigência generalizada e reconhecida por todos como fundamental: a da necessidade de definir o caráter da revolução brasileira e sua estratégia, como condição para definir as tarefas e a tática do movimento estudantil. A radicalização do movimento se manifestou diretamente através de dois traços constantes: a) a crítica implacável das bases em face das oscilações dos dirigentes e sobretudo a incontestável superioridade política e ideológica dos quadros médios sobre a maioria dos líderes; b) em S. Paulo e em Minas Gerais, pela absoluta ausência de porta-vozes do velho e desmoralizado Partido Comunista Brasileiro; ou pela sua neutralização na Guanabara.

O REFLUXO

Os momentos mais sintomáticos que marcam o início do refluxo, já configurado em setembro de 1968 indicam por si mesmos os problemas organizatórios com que se debatia (e ainda se debate) o movimento estudantil. E que hoje, em 1969, constituem o principal desafio pôsto à sua vanguarda. Pôsto também para as organizações revolucionárias clandestinas no Brasil. De uma resposta correta e enérgica a tal desafio depende a sobrevivência do movimento estudantil enquanto movimento de massa e a integração dialética da sua vanguarda com a vanguarda da revolução brasileira. Alguns requisitos mínimos podem ser fixados, se analisados os erros e as experiências negativas que estão na origem do refluxo.

Em primeiro lugar, as últimas passeatas (setembro-outubro) na Guanabara e em S. Paulo, reprimidas com brutal violência pela polícia e pelo Exército, demonstraram a insuficiência dessa forma de luta - quando forma exclusiva e mal organizada. A pouca eficiência dos grupos-de-defesa, a exposição da massa aos golpes da repressão, o assassinato de mais estudantes, a prisão de alguns líderes provocaram um sentimento de impotência e de desespero generalizado entre as bases universitárias e secundaristas. As manifestações de rua passaram a significar a marcha romântica para mortes inúteis e desgaste político. Os estudantes brasileiros tomaram consciência de uma verdade que a história já demonstrara inúmeras vezes : a repressão néo-fascista não se responde apenas com as massas na rua.

Pouco mais tarde, o CCC armado, assessorado e protegido pelo Exército e pela Força Pública, depois de violenta batalha desalojou a alunos e professores da Faculdade de Filosofia, C. e L. de S. Paulo. Com a destruição física do prédio, a reação pretendeu aniquilar o principal centro de articulação

dos estudantes paulistas e um dos últimos focos de resistência política do movimento estudantil brasileiro. A defesa, espontânea e improvisada, se revelou insuficiente e os líderes mal-preparados para organizar a resposta a um ataque inúmeras vezes previsto como eminente. Logo depois, a invasão do Conjunto Residencial da Universidade de S. Paulo (o CRUSP, outro cavalo de batalha da reação), localizado no centro da Cidade Universitária, sucedendo a atentados terroristas do CCC, implantou a intervenção militar de fato na Universidade. Ela se encontra ainda hoje sob o controle e os desmandos de um coronel da Aeronáutica, que instalou no CRUSP o seu quartel e o seu centro de "inteligência". Ambas derrotas se configuraram como derrotas político-militares.

Finalmente, ainda em outubro, a realização do congresso da UNE em Ibiúna (S. Paulo), em condições de pseudo-clandestinidade, com a presença de mais de 800 delegados de todos os estados do Brasil, indica por si só a total desorientação e a inadequação dos métodos tradicionalmente utilizados pelos estudantes. O desfêcho, previsível, é conhecido: prisão dos líderes e de 800 delegados, submetidos a posterior triagem pela polícia política. A luta interna (tratava-se de eleições) e o desespero acumulado levaram os dirigentes a um comportamento irresponsável (sob pressão de uma boa parcela dos delegados). Avisados com antecedência de algumas horas da chegada de um enorme contingente policial-militar, toparam o desafio de maneira romântica, todos reunidos.

Esses acontecimentos apontavam para uma dupla deficiência. De um lado a incapacidade dos líderes de atuar como verdadeiros dirigentes, isto é, de criar, planejar novas formas de luta que respondessem e sobretudo se antecipssem à capacidade "inventiva" da repressão. De outro, apontavam para o recente envelhecimento da estrutura das organizações estudantis - que se revelara eficaz e suficientemente ágil depois de 1964. Tratava-se, já então de reorganizar o movimento estudantil, respondendo a duas grandes dificuldades essenciais, uma que lhe é intrínseca e outra extrínseca. De tais dificuldades tinham consciência os quadros médios que demonstraram inúmeras vezes sua superioridade política e organizatória sobre alguns dos líderes. É a tais quadros médios e a apenas alguns dirigentes que nos referimos quando usamos a expressão "vanguarda do movimento estudantil".

A primeira dificuldade é a combinação da luta de massa com a preparação e organização de grupos-de-defesa especializados clandestinos, que disponham de armas quando necessário. Ambas formas subordinadas a um comando político centralizado, que permaneça anônimo para as bases. Ora isto supõe uma mudança qualitativa nas formas organizatórias desenvolvidas até aqui pelo movimento estudantil e supõe também uma diferenciação de funções. Ou sejam: mudança na forma das eleições e no tipo de representação; um mínimo

de especialização entre trabalho organizatório, político e militar, centralização de recursos materiais e humanos sob uma direção forte e politicamente qualificada, mas por sua vez controlada dentro dos mais estritos padrões do centralismo democrático; desenvolvimento de normas rígidas de segurança e de "anonimato" para as direções estaduais e nacionais; canais de informações rápidos e flexíveis em escala nacional (correspondendo à integração nacional recentemente forjada pela repressão); um sistema de contra-espionagem, que permita impermeabilizar os canais de acesso às cúpulas contra as infiltrações, de resto inevitáveis num movimento de massa. Em si mesma, a existência efetiva de uma estrutura deste tipo já seria suficiente para despertar a confiança da massa, reaninhar seu impulso político, forjar na prática a unidade do movimento - e atemorizar a repressão neo-fascista.

A segunda grande dificuldade consistia (e ainda hoje persiste) na redefinição das relações entre o movimento estudantil e as organizações revolucionárias clandestinas, especialmente aquelas cuja prática em 1968 fôra orientada pelo seguinte princípio: o desencadeamento da luta armada e a formação do partido revolucionário são tarefas contemporâneas entre si. Tais organizações subestimaram em geral a importância do trabalho político na frente de massas, em parte é verdade, porque se encontravam em fase de formação e de luta interna. É inegável, entretanto, que a prática efetiva de tais organizações originou e consolidou o ativismo e um desvio "militarista", com a conseqüente declinação de suas responsabilidades no plano político e organizatório.

O movimento estudantil, ainda mais do que o movimento operário (por razões óbvias) sofreu os efeitos do vanguardismo que se desenvolveu no interior de tais organizações. Usado por elas como fonte de recrutamento e na- da mais, tende a ficar desguarnecido de seus quadros mais conscientes e decididos: abandonado aos poucos recursos dos revolucionários independentes e mesmo às organizações oportunistas de esquerda. Não se trata aqui de negar o inegável, isto é, a validade parcial deste procedimento, nem deixar de reconhecer o apoio irregular e descontínuo, prestado pelas organizações revolucionárias às lutas estudantis, mas apenas em ocasiões especiais. Não obstante, a mera "assistência técnica", quando não integrada a um trabalho político e organizatório de conjunto - regular e contínuo - se converte em concessão ao espontaneísmo.

Os instrumentos jurídicos e institucionais forjados com o Ato 5 em dezembro de 1968, fruto de uma nova escalada da extrema-direita, tornaram possível uma mudança qualitativa no que concerne à repressão ao longo de 1969. O desaparecimento do "habeas-corpus" representou a condição de institucionalização da tortura e deu tôdas as facilidades para testar as informações fornecidas pelos elementos infiltrados, tanto nos movimentos de massa quanto

nas organizações revolucionárias. No início de 1969 registraram-se as primeiras quedas de militantes em grupos de ação armada (COLINA e VPR), que se sucederam ao longo de todo o ano - sem que isso parecesse afetar a continuidade das ações armadas por parte dos grupos mais ativos, isto é o grupo Marighella, Var-Palmares e Ala Vermelha.

No movimento estudantil especificamente, depois do decreto 477 (que proibia qualquer manifestação ou pronunciamento político por parte de alunos e professores sob pena de afastamento das faculdades, e com a legalização da delação), depois do expurgo que hoje atinge 150 professores universitários, o refluxo se acentuou . Em resumo, no primeiro semestre a situação era : no centro a liderança, presa ou na clandestinidade, uma área intermediária subdividida em dois setores: uma em franco recuo político e outro em fase de integração nas organizações revolucionárias diretamente ligadas à luta armada e portanto comprometidas com as tarefas mais urgentes da revolução. Finalmente uma massa periférica semi-politizada, mas dependente para seu desenvolvimento de um trabalho político e organizatório em bases novas por parte das lideranças.

Com o desaparecimento de toda e qualquer possibilidade de manifestações mesmo no interior das escolas, de assembléias e discussões abertas, ou seja, dos recursos tradicionalmente utilizados, agora também para o movimento estudantil o discurso político (que até então ocupara um lugar privilegiado) foi deslocado em sua importância. O problema que se punha era o de romper os obstáculos entre a vanguarda e as bases através de ações de agitação e de propaganda (bastante arriscadas) ao mesmo tempo que se cuidava de reorganizar a própria estrutura das organizações estudantis. Os comícios-relâmpagos em comemoração à morte de Edson Luís (março), os de primeiro de maio, e aqueles promovidos por ocasião da chegada de Rockefeller, - não noticiados pela imprensa - foram ensaios desse tipo. Por outro lado, o trabalho nas escolas e faculdades, a presença dos líderes nas escolas, seu deslocamento constante que corresponde a uma necessidade de auto-preservação, supõe a existência de uma infra-estrutura financeira mínima, de uma sólida rede de segurança, e de uma imprensa totalmente clandestina e bastante eficiente.

Depois da violenta repressão que se seguiu ao sequestro do embaixador americano - cujos efeitos atingiram profundamente a esquerda revolucionária e o movimento estudantil (dela resultou a morte de Carlos Marighella), todo e qualquer trabalho na frente de massas se enfrenta com dificuldades ainda mais sérias. O problema imediato que hoje se coloca: o da dissociação entre os líderes de entidades e a massa nas escolas e faculdades. Ela resulta exatamente da ausência de uma rede política e organizatória anterior. Para o futuro próximo isso só será garantido através das organizações revo-

lucionárias que souberem conduzir o trabalho de massa de maneira não sectária e construtiva isto é, renovando os métodos de luta em bases político-militares sim, mas evitando a prática predatória que consiste em confundir entidade de massa e política partidária. Líderes e quadros médios com experiência organizatória e nível político são fundamentais para corrigir os desperparos e para superar a obsolescência de métodos que ainda vigoram no movimento estudantil: a) despreparo político-militar b) burocratismo e liberalismo (combinados) c) recuo temporário de uma parcela dos quadros intermediários d) dissociação entre as lideranças e a massa. Tais obstáculos são ainda aprofundados pela política e pela propaganda oficial, pseudo-desenvolvimentista, que pode atrair a massa atrasada de jovens com algum espírito de aventura e de engajamento. É o que ocorre com a chamada "Operação Rondon" promovida pelas Forças Armadas, uma tentativa de política de massas, através da qual são mobilizados periodicamente estudantes para viajar pelo interior do Brasil, assistindo as populações do campo e das pequenas cidades.

É inegável também que o refluxo acima constatado alimenta as organizações revolucionárias de novos contingentes, dos quais uma boa parcela é de origem estudantil. Mas exatamente por isso, não se pode abandonar o movimento a si mesmo. O movimento estudantil brasileiro, em seu conjunto, pela sua tradição de luta, elevada a um nível superior e inédito no Brasil, através de suas últimas experiências, é evidente potencial revolucionário, e as condições objetivas que determinam a conversão do estudante em revolucionário têm sido consolidadas. Mais ainda, a radicalização do movimento, sua significação e alcance políticos são irrefutáveis se atentarmos para um fato, que uma vez mais se furto às previsões "científicas" dos sociologistas: no Brasil, como na América Latina ele é catão de revolucionários. Uma fração dos intelectuais já saídos dos bancos escolares também engrossa as fileiras de uma jovem intelectualidade revolucionária.

O peso específico das cidades - que é grande no Brasil - se fará sentir no processo revolucionário brasileiro através de dois grandes conjuntos que, em graus diferentes atualmente se encontram em estado de rebeldia e de disponibilidade política: guardadas as diferenças o proletariado e o sub-proletariado, e os estudantes. Uma das tarefas complementares mais importantes, impostas pelas condições particulares da realidade brasileira, a vanguarda revolucionária consiste portanto em desenvolver o movimento de massas nas cidades: através da preparação e organização do proletariado e do sub-proletariado, do movimento estudantil e sua recíproca articulação.

NOTAS

- (1) "Em 1965, na cidade do Rio de Janeiro se submeteram a exames de ingresso 20.000 jovens para 6.000 vagas; quer dizer 14.000 jovens que tinham

20
terminado o curso secundário e frequentado cursinho especiais de preparação ao concurso, viram truncadas suas aspirações de ingresso". "Para 1970 previa-se no Rio de Janeiro: 34.000 candidatos para 6.000 vagas ... isto é 28.000 eliminados." (Darcy Ribeiro, A Universidade Latino-Americana, Montevideo, 1968). Este é um dos livros mais ricos em dados sobre a Universidade na América do Sul. Discordamos, entretanto, do sociologismo implícito nas análises políticas do autor quando se refere ao movimento estudantil; tal sociologismo implica numa atitude francamente reformista, que já fôra ultrapassada pela própria dinâmica do movimento.

(2) A multiplicação de faculdades pelo interior do Brasil, nos últimos anos, embora represente um aumento real de matrículas, é uma solução aparente e deu origem a uma distorção. Salvo 3 ou 4 exceções, a maioria delas criada ao acaso, com recursos materiais e humanos ultra-improvisados, lançando mão dos "talentos" amadores locais, não goza de confiança intelectual junto à opinião pública interessada.

(3) Os jovens profissionais bem sucedidos e ainda melhor remunerados que se ajustaram às exigências do sistema e às seduições da sociedade de consumo, foram obviamente neutralizados do ponto-de-vista da Revolução. Por outro lado, uma boa parcela, em virtude de sua formação parcial e fragmentada, constitui aquela contingente de intelectuais de má consciência - angustiados, torturados, voltados para a própria subjetividade. Por isso, estão parcialmente neutralizados também do ponto-de-vista da reação: não chegam a constituir uma jovem intelectualidade combativa. Nem se exclui que possam ser recuperados de novo, através de um trabalho político das organizações revolucionárias, se estas souberem canalizar a justa indignação provocada pelas monstruosidades praticadas pela reação no Brasil atual.

(4) Mr. Rudolph Atcon, professor norte-americano de origem grega que, a serviço do imperialismo elaborou um miserável relatório-projeto de caráter tecnicista e elitista sobre a universidade brasileira. É o teórico dos acordos secretos entre o Ministério de Educação e Cultura e a USAID, que foram a base do Plano Educacional do Governo.

NOTAS SOBRE A CLASSE OPERÁRIA E AS CAMADAS MÉDIAS-II

Fernando de
Andrade

§3-Sobre as classes sociais no campo brasileiro

A distinção fundamental entre o proletário agrícola e os demais trabalhadores do campo é que o primeiro está separado dos meios de produção (inclusive da terra) enquanto que os demais não estão. Na chamada agricultura de subsistência o camponês pobre é proprietário (no sentido econômico, ainda que juridicamente seja um simples possessor) do meio fundamental de produção, a terra. É igualmente proprietário dos (rudimentares) instru-

mentos de produção.

O proletário agrícola é por conseguinte um trabalhador agrícola que:

a) está separado dos meios de produção

b) trabalha para valorizar o capital investido na agricultura

Estas duas características são essenciais. Os esquerdistas que no seu afã de "provar" que as relações de produção no campo brasileiro são plenamente capitalistas prescindem de uma destas duas condições sine qua non estão ao mesmo tempo prescindindo do marxismo. É o caso do sociólogo norte-americano Gunder Frank, que pretende ingênuamente provar que o campo brasileiro sempre foi capitalista porque a agricultura colonial produzia para o mercado mundial. Pensar que as relações de troca são determinantes das relações de produção é abandonar completamente o terreno do marxismo.

Tampouco as diferentes formas de parceria configuram relações de produção capitalistas, muito embora os produtos do trabalho parcelário constituam mercadorias vendidas no mercado mundial capitalista. Do ponto de vista econômica são formas mercantis de produção, mas formas mercantis não-desenvolvidas (posto que o trabalhador-parcelário ainda é proprietário dos instrumentos de trabalho e até certo ponto organiza e dirige o processo de produção). Para compreender esta questão é preciso distinguir mais-valia e renda diferencial. No Brasil a diferença entre estas duas categorias econômicas vem obscurecida pelo fato de que o latifundiário é ao mesmo tempo proprietário da terra e organizador principal do processo produtivo. (Isto ocorre desde o início da colonização. Como bem mostrou Alberto Passos Guimarães em "Quatro Séculos de Latifúndio", o latifúndio brasileiro é uma forma econômica em que se combinam o monopólio pré-capitalista da terra (as "sesmarias") e a produção agro-industrial em larga escala (agro-indústria da cana de açúcar, por exemplo). Evidentemente, na medida em que a produção agrícola se fundamentava no trabalho escravo, o latifundiário se apoderava integralmente da renda da terra, posto que o produtor imediato (o escravo) existia como coisa sua. É só com a supressão do trabalho escravo e com sua substituição por relações de produção de transição para o salariado, que cria as condições, ou melhor, as pré-condições para a diferenciação objetiva entre capital constante e capital variável de um lado e entre lucro médio e renda da terra de outro.

O importante aqui porém é tão somente assinalar que as formas mais simples das relações capitalistas de produção no campo são o resultado histórico da penetração do Capital no campo, da progressiva industrialização da agricultura. É através deste processo que se desenvolve a separação entre o produtor e os meios de produção. Não se trata apenas da apropriação da terra: trata-se sobretudo da apropriação dos instrumentos de produção.

Tanto a determinação do proletariado agrícola quanto a das diferentes camadas do campesinato, desde o campesinato pobre e semi-proletário até o capitalista agrícola, supõem o pleno esclarecimento da natureza complexa das relações de produção no campo brasileiro. A esta tarefa consagraremos alguns trabalhos especiais, dentro de uma preocupação geral de Debate pela análise da Agricultura Brasileira. Aqui discutiremos apenas os dados numéricos sobre a questão.

Segundo o IBGE de 1969, as pessoas ocupadas no setor agropecuário ("atividades agrícolas") assim se distribuíam, em 1968:

	São Paulo	Rio e GB	Paraná, St. Catarina e RS	Minas e ES	Nordeste
Empregados	593.000	113.000	379.000	748.000	1.138.000
Empregadores e trabalhadores por conta própria	431.000	83.000	1.138.000	854.000	2.009.000
Membros da família, sem remuneração	413.000	32.000	1.655.000	646.000	1.505.000
Totais	1.437.000	228.000	3.172.000	2.248.000	4.653.000

Donde um total de 11.738.000 pessoas ocupadas no campo. Sendo de 28.357.000 o número total de pessoas ocupadas, temos uma porcentagem de 41,4% de pessoas ocupadas na agricultura. Cumpre aqui repetir que os dados acima, sendo meras estimativas, devem ser utilizados com reserva. Acresce que, numa população total de 89.376.000 habitantes (estimativa para 68), os dados acima excluem 8.505.000, correspondentes aos territórios e aos estados de Acre, Amazonas, Pará, Mato-Grosso e Goiás. O que implica que são válidos para 90,49% da população total do país. Donde se segue também que as 28.357.000 pessoas ocupadas a que se referem as estimativas, representam 34,8% da população (excluídos os 8,5 milhões dos territórios e estados supra-citados).

Podemos considerar como proletários agrícolas o conjunto dos "empregados" de que fala o IBGE? São 2.971.000 trabalhadores. Em princípio sim, mas não sabemos se os "membros da família sem remuneração" são apenas os das famílias de camponeses e de pequenos capitalistas do campo. Lembremo-nos de que muitas vezes os "volantes" levam consigo, aos locais de trabalho, toda sua família, inclusive filhos pequenos. Guardamos pois como provisória a cifra de 2,9 milhões de proletários agrícolas. Se somarmos o proletariado agrícola aos 5.793.000 do proletariado industrial "latu sensu" tal como o apresentamos em Debate-3, teremos:

PROLETARIADO BRASILEIRO : 8.764.000 trabalhadores.

PORCENTAGEM DO PROLETARIADO NA POPULAÇÃO ATIVA: $\frac{28.357.000}{8.764.000} = \frac{100}{x} = 30,83\%$

DONDE, APROXIMADAMENTE 20 % de proletários industriais e 10% de proletários agrícolas NA POPULAÇÃO ATIVA TOTAL. (continua nos prox. números)

CARLOS MARIGHELLA: A CRISE BRASILEIRA (continuação)

3. A HEGEMONIA NA REVOLUÇÃO E A TÁTICA ATUAL

No Brasil - como já vimos - trata-se de resolver a crise crônica de estrutura. E esta hoje consiste num fato novo: seu conteúdo e sua evolução são engendrados pelo crescimento do capitalismo nas condições de dependência do imperialismo e da manutenção do latifúndio. É o crescimento do capitalismo - em tais circunstâncias - que vem determinando todo o processo político brasileiro.

Tal crescimento - é certo - não nos livra da condição de subdesenvolvidos. Mas a situação de nosso país mudou completamente. O Brasil já não é um país que sofre mais da falta de capitalismo do que do capitalismo.

O imperialismo norte-americano age no Brasil através de um setor do capitalismo brasileiro. Isto quer dizer o seguinte: apesar das contradições com os Estados Unidos, o capitalismo brasileiro vem sendo utilizado pelo imperialismo norte-americano, que se apoia fundamentalmente no setor entreguista da burguesia.

Uma parte do capitalismo brasileiro só vê saída enfeudando-se aos Estados Unidos. Apesar da contradição com o imperialismo norte-americano, a outra parte é incapaz de enfrentá-lo.

O golpe principal contra o imperialismo norte-americano só pode ser desfechado se for derrubada a atual ditadura, cuja função consiste em representar os interesses do latifúndio e do setor da burguesia que reconhece a necessidade de apoiar-se nos Estados Unidos e de seguir sua política de ocidentalização e de preparação da guerra mundial.

A contradição burguesia-proletariado ganhou nova dimensão. O que significa que não se pode lutar contra o imperialismo e o latifúndio alimentando ilusões na liderança da burguesia brasileira ou renunciando à luta de classes contra ela.

O proletariado brasileiro precisa agir com independência, ainda que seja uma inelutabilidade histórica - no Brasil - a aliança do proletariado com a burguesia. O proletariado não pode ficar sob a hegemonia da burguesia, embora esta continue dirigindo o processo político, como consequência da liderança do processo desenvolvimentista brasileiro.

A questão fundamental do processo de conquista da hegemonia na revolução brasileira não está em reconhecer que objetivamente a burguesia tem dirigido e vem dirigindo o processo político. Não está em reconhecer que se deve lutar pela hegemonia do proletariado, enquanto esta

hegemonia não está ainda em nossas mãos. Tudo isto é pacífico para gregos e troianos.

O problema fundamental consiste em que não é uma fatalidade histórica a liderança da burguesia brasileira na revolução. O problema fundamental reside em admitir a possibilidade do proletariado brasileiro exercer a hegemonia na revolução, desde o primeiro momento, e lutar com decisão por essa hegemonia.

Tal possibilidade não modificará o caráter antiimperialista e antifeudal, nacional e democrático da revolução. Dar-lhe-á consequência.

Se desistirmos de lutar desde agora por transformar essa possibilidade em realidade, contribuiremos - na melhor das hipóteses - repetimos - para ajudar a burguesia brasileira a transformar o Brasil num país social-democrático na América Latina. Nesse caso o Brasil teria o destino de auxiliar dos Estados Unidos na missão de refrear o movimento de libertação dos países latino-americanos.

O Estado que - no Brasil - resultar de uma revolução liderada pela burguesia será um Estado burguês e não resolverá os problemas fundamentais da revolução - a expulsão do imperialismo e a abolição do latifúndio.

Nosso erro no governo João Goulart foi que não compreendemos isto, não preservamos a independência do proletariado e não lutamos por ela, e acreditamos na liderança da burguesia. Isto nos levou a uma derrota, conduziu a uma revolução, a um fracasso ainda que temporário.

O Brasil de hoje não é o de 1945, nem o de 1955, nem o de 1960. É outro Brasil, com a classe burguesa liderando o processo, dentro de uma situação internacional diferente daquela do pós-guerra.

Nossa autocrítica não pode partir de uma posição falsa, fora da apreciação histórica da realidade brasileira. Não pode partir de um ângulo de classe não proletário. Não há profundidade em autocrítica que examine problemas políticos, deixando de lado a análise de nossa posição de classe.

A direção ideológica é a condição fundamental para o êxito da direção política. O que está havendo é a perda do sentido de classe, o desvio dos rumos da revolução brasileira.

Não se trata apenas de reconhecer que fomos derrotados pelo golpe militar de 1 de abril, que estamos fracos, que não temos movimento de massas, que não há lutas e que a ditadura nos esmaga. Tudo isto é ver-

dado.

Mas nossa obrigação é apresentar uma análise e uma saída concretas - elaboradas segundo um plano estratégico e uma tática marxistas.

Temos que empreender o caminho da estratégia revolucionária. Para isso é necessário derrubar a atual ditadura. O que não se pode conseguir, esperando que ela venha a democratizar-se pela via eleitoral. Ou que possamos prosseguir lutando pela via pacífica, e que daí venha a surgir um momento em que a luta armada - como alternativa - se torne necessária ou a forma de luta principal.

No Brasil não se trata de escolher alternativas. A experiência diária está demonstrando que a ditadura em nosso país só se extinguirá pela força. O imperialismo americano não ficará indiferente à manutenção da ditadura ou de um governo pró imperialista, como não ficou indiferente em São Domingos. Passará à violência e a intervenção armada, logo que sentir suas posições ameaçadas no Brasil. O imperialismo americano não cederá sem luta, o posto avançado que conquistou em nosso país, através do golpe militar.

O caminho da estratégia revolucionária é norteado por uma perspectiva básica, entendendo-se como tal, a perspectiva que considera esgotadas ou fechadas as possibilidades de solução pacífica, e admite que não haverá outra solução senão a força para a derrubada da ditadura.

Mas não basta uma estratégia revolucionária para que as forças populares e nacionalistas sejam lançadas à luta. É necessário também que disponhamos de uma tática atual. E esta ao ser traçada, será coerentemente uma dependência da estratégia. Ou melhor, haverá uma interdependência, um condicionamento entre uma e outra.

É impossível traçar uma tática dúbia. Que tanto sirva para uma saída pacífica, como para uma saída não pacífica. A dubiedade da linha tática é que leva à uma rápida deterioração das palavras-de-ordem e à perplexidade repetida em face dos acontecimentos.

Ninguém acredita que se possa convencer essas acras para a insurreição popular. Não haveria nada. Também ninguém verá vantagem em enfrentar a ditadura, desencadeando lutas e suportando a violência, se afirmarmos que nossa perspectiva é uma saída pacífica. É como prometer o céu aos que sofrem na terra.

Uma tática decorrente da estratégia revolucionária é por si mesma revolucionária, o que nada tem a ver com sectarismo e esquerdismo. Trata-

se de levar as massas à luta contra a ditadura e substituí-la por um governo efetivamente democrático. Os meios empregados são os que as massas aceitam. Mas os comunistas devem dar exemplo do impulso revolucionário - que não se obtêm - evidentemente - baseando nossa luta numa perspectiva pacífica.

A tática revolucionária abrange todos os aspectos da luta política e ao mesmo tempo sabe manejar as forças básicas da revolução. É uma luta acessível, uma tática de massas, ao alcance da compreensão comum, não uma tática de privilegiados, de iluminados, de donos da revolução, de manipuladores de fórmulas feitas. Não uma tática que a cada fato político novo ensaia explicações complicadas, emitindo diretivas que realmente não levam à nada, não despertam o entusiasmo revolucionário nem conduzem a luta nenhuma, como vem acontecendo nestes dois anos de ditadura. Não uma tática destinada a fazer entendimentos políticos e eleitorais, alimentando ilusões na burguesia, cedendo ao conformismo e disseminando a passividade. A tática revolucionária é uma tática de lutas de massas e para lutas de massas, e seu objetivo principal consiste em nos aproximar dos objetivos estratégicos aos quais ela está subordinada. Trata-se de uma tática que conduza à derrubada da ditadura através da força da frente única, entendendo-se a derrubada da ditadura como o objetivo principal destinado a levar à consecução dos objetivos estratégicos das forças populares e nacionalistas.

Pelo fato de decorrer de uma estratégia revolucionária e estar à seu serviço, a tática atual não exclui que continuemos inseridos no processo político brasileiro. Não exclui a luta acirrada pela frente única antiditadura. É o aproveitamento das mínimas possibilidades legais. É a utilização de qualquer brecha no processo, que leve mais uma vez ao desmascaramento da ditadura e da farsa eleitoral.

Não exclui nossa participação dos conflitos das classes dominantes e de suas forças militares, onde poderão ocorrer fendas e rachaduras, choques violentos, e, em consequência, até a guerra civil.

O inadmissível é seguirmos a reboque do atual processo político, não estabelecermos as premissas que colocarão a iniciativa política em nossas mãos e nas mãos das massas.

Estas premissas exigem o persistente trabalho nas empresas industriais, a prioridade para o trabalho do campo - alicerce da aliança operário-camponesa -, o trabalho nas forças militares, o trabalho

entre os intelectuais.

Tais são os elementos permanentes da tática marxista, que concorrerão para criar a força organizada do proletariado. Sem esta força é impossível influir no processo político e obter qualquer vitória tática de importância e com repercussão no processo revolucionário. O processo de criação da força do proletariado exige lutas nas áreas urbanas e nas áreas rurais. Entretanto o elo que levará ao desenvolvimento da luta contra a ditadura é que produzirá a mudança de qualidade do movimento de massas está nas lutas camponesas.

Daí a importância do trabalho de campo na aplicação desta tática. Esta importância decorre do fato de que, pela primeira vez, no processo revolucionário brasileiro, se tornará possível unir a luta política das cidades, à luta política do campo.

O caminho da derrubada da ditadura através da luta de massas não terá consequência nem dará resultados, a não ser eliminando o desprêzo pelo trabalho no campo e adquirindo a compreensão da importância no papel do campesinato no processo em curso. Não se pode fazer a luta pela democracia e pelas reivindicações nacionalistas, separando uma e outra da luta pela terra e pelos interesses das massas camponesas. É um erro relegar para o momento da decisão estratégica o processo de luta visando a atrair a massa camponesa.

O trabalho no campo é trabalho tático. É o elemento essencial, fundamental da tática do proletariado. (continua)

MORAL BURGUESA E MORAL PROLETARIA: CARTA DE DILMA BORGES VIEIRA A APARECIDA GOMIDE

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1970

Sra. Aparecida Gomide,

Todos conhecem o seu sofrimento, a sua angústia. A imprensa falada e escrita focaliza diariamente o seu drama: seu marido, um funcionário em serviço fora do país foi sequestrado, envolvido em acontecimentos de natureza política. A senhora não chora sôzinha.

Mas do meu sofrimento, da minha angústia, ninguém fala. Choro sôzinha. Não tenho os seus recursos para me fazer ouvir, para dizer também que tenho o coração partido, que quero meu marido de volta. O seu marido: está vivo, bem tratado, vai voltar. O meu foi trucidado, morto sob torturas pelo primeiro exército, foi executado sem processo, sem julgamento. Reclamo seu corpo. Nem a Comissão dos Direitos da Pessoa Humana me atendeu. Não sei o que fizeram com ele, onde o jogaram.

Ele era Mario Alves de Souza Vieira, jornalista. Foi prêso no dia 16 de janeiro do corrente, na Guanabara, pela polícia do I Exército, levado para o quartel da PE, espancado bárbaramente durante a noite, empalado com um cacetete dentado, o corpo todo esfolado com uma escôva de arame, por se recusar a prestar as informações exigidas pelos torturadores do I Exército e do DOPS. Alguns prêsos levados à sala de torturas para limpar o chão sujo de sangue e fezes, viram meu marido moribundo, sangrando pela boca e pelo nariz, nu, jogado no chão arquejante, pedindo água, e os militares torturadores, rindo, não permitiram que lhe fôsse prestado qualquer socorro.

Sai que a senhora não tem condições de avaliar o meu sofrimento porque a dor de cada um é sempre maior que a dos outros. Mas espero que compreenda que as condições que levaram seu marido a ser sequestrado e o meu torturado até à morte são as mesmas, que é importante saber que a violência-fome, violência-miséria, violência opressão, violência-atrazo, violência-tortura; leva à violência-sequestro, violência-terrorismo, violência-guerrilha, que é muito importante saber quem pratica a violência - os que criam a miséria ou os que lutam contra ela?

O seu desespero e sofrimento demonstram que seu marido era bom chefe de família, que faz falta, que é muito importante na sua vida. Mario Alves também foi bom chefe de família, faz falta, tinha uma filha que ele adorava. Era inteligente, culto, bom, pessoalmente nunca magoou ninguém. Morreu pelo amor aos oprimidos, aos injustiçados, aos sem-voz e sem-vêz. Lutou para que os imensos recursos materiais e humanos de nossa pátria sejam aproveitados em benefício de todos.

Desejo muito um desfecho feliz para a senhora e para os Tupamaros
assinado: Dilma Borges Vieira

MARIO ALVES : PLANO TRIENAL - CRÍTICA

Linhas gerais de uma alternativa nacional e popular

Consideramos o Plano Trienal uma tentativa de círculos da burguesia nacional para conciliar o desenvolvimento econômico e a redução do ritmo inflacionário com a manutenção dos privilégios do capital imperialista e dos setores retrógrados. Diferencia-se, é certo, ao menos nas intenções, dos esquemas que pretendem estabilizar a moeda paralisando ou reduzindo o processo de desenvolvimento. Mas é inaceitável para as forças nacionalistas e populares, porque pretende reduzir a taxa de inflação impondo maiores sacrifícios ao povo, sem tocar nos interesses dos grupos privilegiados.

A par da denúncia da política econômico-financeira traçada no Plano Trienal, torna-se cada vez mais necessário apresentar a alternativa nacional e popular para o problema central que nele se pretende enfrentar : o de garan-

tir o desenvolvimento econômico com a contenção paralela do processo inflacionário. Em várias oportunidades, setores do movimento anti-imperialista têm procurado formular soluções para essa importante questão. Embora tais soluções ainda não tenham sido coordenadas organicamente em um programa de política econômico-financeira, constam de vários documentos do movimento sindical, das organizações patrióticas, de entidades estudantis e da Frente Parlamentar Nacionalista. Não é verdadeira a alegação de que as forças populares assumem uma posição puramente negativa e são incapazes de propor medidas construtivas para fazer face às dificuldades da nação.

Sem outra pretensão que não seja a de contrariar ao Plano Trienal algumas dessas soluções, indicamos a seguir as linhas gerais do que poderia ser uma política de desenvolvimento acompanhada de redução da pressão inflacionária.

A) Reforma cambial e política de comércio exterior

- Monopólio das operações de câmbio pelo Banco do Brasil, com a eliminação completa do mercado livre de câmbio e a fixação das taxas exclusivamente pelo governo. O monopólio cambial e o controle do comércio exterior permitem medidas enérgicas para combater as fraudes cambiais - subfaturamento, superfaturamento, remessas clandestinas de lucros e juros. Com tais providências é possível impedir a evasão de divisas num montante estimado em cerca de 300 milhões de dólares anuais, referentes ao superfaturamento das importações e ao subfaturamento das exportações.

- Suspensão temporária das remessas de lucros, royalties, juros, etc. para o exterior, até que sejam superadas as atuais dificuldades cambiais. De acordo com os próprios dados do Plano Trienal, isto significa reter anualmente parte da receita cambial estimada em 166 milhões de dólares, apenas no que diz respeito às remessas confessadas. Ao reiniciar-se a transferência desses rendimentos, deve ser aplicada rigorosamente a Lei de Remessa de Lucros, impedindo-se qualquer transferência de lucros obtidos sobre o capital reinvestido e limitando-se as remessas à porcentagem estabelecida.

Estas medidas tornariam possível diminuir sensivelmente o déficit da balança de pagamentos, ou mesmo suprimi-lo, sustar o processo de desvalorização da moeda e conter ou atenuar consideravelmente as pressões inflacionárias oriundas do setor externo. Simultaneamente, a economia de divisas resultante do monopólio do câmbio, do combate às fraudes, da suspensão temporária e restrição ulterior das remessas de lucros, assim como, a prazo mais longo, a ampliação do comércio exterior, assegurariam os recursos cambiais necessários ao desenvolvimento econômico.

- Suspensão temporária do pagamento das dívidas no exterior até que se regularize a situação cambial. Reexame dos empréstimos externos contraídos por entidades públicas, com o objetivo de convertê-los em compromissos

vencíveis a longo prazo. A fim de prosseguir na realização de obras básicas que exijam créditos externos (centrais hidrelétricas, usinas siderúrgicas, etc.) deve-se dar preferência ao financiamento realizado de governo a governo, através de entidades públicas, sempre que possível com o pagamento em produtos de exportação como o café.

- Monopólio da exportação de café pelo IBC, o fim de impedir as manobras especulativas das firmas exportadoras. Ampliação das exportações de café com base em produtos de baixo custo. Redução substancial das subvenções concedidas ao setor cafeeiro. Com isto seria reduzida a pressão que este setor exerce no sentido da desvalorização do cruzeiro.

- Política de defesa dos preços externos dos produtos primários, por meio de acordos internacionais com os países interessados. Estímulo às exportações, não através das medidas costumeiras de desvalorização do cruzeiro, mas de uma política orientada para a conquista de novos mercados e ampliação das vendas nos mercados existentes, inclusive com a diversificação dos produtos exportados. Remoção dos obstáculos ao intercâmbio bilateral com os países socialistas e intensificação do comércio com essa área. Com o fim de aumentar as exportações para os países socialistas, ampliar as importações de equipamentos, matérias primas e combustíveis provenientes desses países, em termos de competição com as correntes tradicionais de comércio do Brasil. Denúncia dos "Acordos do Trigo" com os Estados Unidos.

- Controle drástico das importações, com o estabelecimento de regime de licença prévia e o fornecimento de divisas, segundo critérios prioritários, para a compra de equipamentos, matérias primas e combustíveis necessários ao desenvolvimento do país. Proibição da importação de artigos de luxo ou supérfluos e de produtos que podem ser fabricados no país, inclusive equipamentos.

- Fortes restrições à concessão de divisas para fretes, seguros, turismo, donativos, etc., com o objetivo de reduzir radicalmente a saída de moeda estrangeira. Controle rigoroso das transferências de valores e bens de cidadãos brasileiros para o exterior, a fim de impedir que parte considerável da riqueza nacional seja depositada e aplicada em países estrangeiros.

B) Reforma tributária e política financeira

- Elevação das taxas e da arrecadação do imposto de renda, de modo a que este tributo represente pelo menos 50% da receita federal. Devem ser instituídas tabelas fortemente progressivas, para que a carga principal do imposto de renda recaia sobre as pessoas físicas de rendas elevadas. Proibir às sociedades anônimas a distribuição de lucros através da entrega de ações gratuitas a seus acionistas. Extinguir as ações ao portador, a fim de aumentar a arrecadação do imposto de renda, estabelecer penalidades severas para os fraudadores do fisco, inclusive a pena de prisão e confisco de bens,

assim como reaparelhar os órgãos arrecadadores.

-Lançamento de um empréstimo interno compulsório, a ser coberto pelos grupos de altas rendas, com o objetivo de formar um fundo nacional anti-inflacionário. Criação de um novo imposto sobre os acréscimos anuais de bens e valores dos possuidores de grandes fortunas. Dêste modo, os recursos para cobrir o déficit orçamentário e evitar novas emissões devem provir dos setores privilegiados e não das massas consumidoras.

-Redução das despesas orçamentárias apenas no que se refere à eliminação dos gastos adiáveis e supérfluos, sem qualquer restrição nas verbas destinadas a obras públicas e investimentos estatais de caráter econômico ou social. Redução dos déficits das ferrovias e empresas de navegação mediante o reequipamento técnico e a elevação das tarifas que beneficiam grandes produtores, intermediários e setores privilegiados, como é o caso dos fretes para transporte de minério de ferro.

-Reforma bancária, com o objetivo de aumentar o controle do Estado sobre a rede bancária privada, inclusive através dos redescontos. Elevação da porcentagem de depósitos que os bancos particulares devem recolher obrigatoriamente ao Banco do Brasil. Fortalecimento das entidades estatais de crédito. Rigorosa seleção do crédito para impedir o financiamento de atividades especulativas e discriminar contra a produção e o comércio de artigos supérfluos.

-Restrição efetiva à ação do capital estrangeiro no terreno do crédito, a fim de reservar o mercado de capitais a empreendimentos brasileiros e incrementar os investimentos genuinamente nacionais. Interdição aos bancos estrangeiros de receberem depósitos no Brasil. Proibição de empréstimos e avais concedidos por bancos estatais a empresas estrangeiras. Não será permitida a compra de empresas nacionais, ou de suas ações, por grupos alienígenas, nem a colocação no mercado brasileiro de títulos e ações emitidos por empresas estrangeiras. Será vedada a atuação no Brasil de empresas estrangeiras de financiamentos, investimentos, seguros e capitalização.

Contribuiriam tais medidas para aumentar a receita pública e alcançar o equilíbrio orçamentário, eliminando um dos focos de inflação que o déficit do orçamento federal. Isto seria obtido sobretudo mediante a mobilização de recursos não-inflacionários, sem um corte brusco nas despesas estatais e sem uma política de compressão do consumo.

C)-Reforma agrária e aumento da produção agrícola

-Eliminação do latifúndio e sua substituição pela propriedade camponesa, em forma individual ou associada, e pela propriedade estatal. A lei deve estabelecer um limite máximo de 500 hectares à propriedade territorial, sejam quais forem as condições de utilização da terra. Acima deste limite, as

terras serão desapropriadas. Um limite mais elevado deve ser previsto apenas em casos excepcionais, que a lei deve especificar, tendo em vista áreas de cultivo e pecuária para cuja exploração eficiente, seja necessário manter uma extensão de terra superior à estabelecida. As terras sujeitas à desapropriação, mas cuja unidade seja conveniente preservar, devem ser entregues a cooperativas de trabalhadores agrícolas que contem com a ajuda técnica e financeira do Estado. Uma parte delas poderá ser destinada a fazendas de propriedade estatal.

-Tomar como base da reforma agrária a desapropriação e distribuição das propriedades latifundiárias, e não a colonização de terras públicas. Em razão disso, iniciar a reforma pelas áreas mais próximas dos centros urbanos e das principais vias de comunicação, onde a maioria das terras já se acham apropriadas e existem enormes extensões não aproveitadas ou exploradas em condições de baixa produtividade. Quanto às terras de domínio público, aquelas que forem efetivamente cultivadas por posseiros devem ser entregues gratuitamente a estes. A maior parte constituirá, no entanto, um fundo de reserva em mãos do Estado, tendo em vista o desenvolvimento da economia agropecuária, a conservação dos recursos naturais e a organização de fazendas-modelo, de propriedade estatal ou cooperativa.

-O pagamento da indenização pelas terras desapropriadas deverá ser feito com títulos resgatáveis a longo prazo e a juros baixos, sem qualquer cláusula de reajustamento do valor dos títulos e o preço da terra fixado de acordo com o valor declarado para fins tributários. Será necessária uma reforma constitucional que elimine do artigo 141 parágrafo 16 a exigência de "Prévia indenização em dinheiro" para as desapropriações por interesse social. O prazo de pagamento das indenizações não deve ser inferior a 20 anos, nem os juros superiores a 5% anuais. Quanto à fixação do montante da indenização, deve basear-se no valor registrado para fins de pagamento do imposto territorial, levando-se em conta a média do valor declarado nos três anos anteriores ao da aprovação da lei agrária.

-A reforma agrária deve assegurar a cada camponês a propriedade, a título gratuito, de um lote de terra capaz de garantir a subsistência de sua família e condições mínimas de bem-estar, devendo a extensão deste lote ser fixada de acordo com as condições de cada região, a natureza das terras e o tipo de cultura. Deverão ser beneficiados com a entrega gratuita do lote familiar não apenas os posseiros, nas terras públicas, mas também os arrendatários, parceiros, agregados e camponeses sem terra, em geral, que receberem parcelas das terras desapropriadas. Os camponeses que tiverem possibilidade de cultivar uma área cuja extensão ultrapasse a do lote familiar devem ter o direito de adquirir, a longo prazo e a juros baixos, uma parcela adicional.

até um limite estabelecido por lei. A reforma agrária deve garantir o direito do camponês à propriedade da terra. Entretanto, o acesso do lavrador à terra, em certos casos (como nas áreas irrigadas do Nordeste), deverá estar vinculado a formas associadas de exploração, cuja necessidade é ditada por fatores de ordem econômica.

-A reforma agrária deve estabelecer que as terras sujeitas a contratos de arrendamento e parceria sejam desapropriadas e entregues, dentro dos limites de área estabelecidos por lei, aos camponeses que as cultivam.

Sómente uma reforma agrária radical poderá aumentar rapidamente a produção de alimentos e matérias primas e criar condições para a elevação, em grande escala, da produtividade da agricultura. Ao mesmo tempo que se realiza a luta por essa profunda transformação da estrutura agrária do país, é possível adotar medidas parciais que incrementem a produção de gêneros alimentícios, contribuindo para atenuar as pressões inflacionárias provenientes do setor agrícola:

-Regulamentação legal dos contratos de arrendamento e parceria. O aluguel da terra não deve exceder 20% do valor da produção. Fixação de prazos mínimos dos contratos em 5 anos, quando as terras se destinarem à lavoura e à invernada de bovinos, e em 6 anos quando se destinarem à silvicultura e à pecuária em geral.

Prorrogação automática dos contratos quando o proprietário não solicitar a terra alugada para realizar sua exploração direta. Arrendatários e parceiros devem ter garantia de indenização das benfeitorias e direitos assegurados contra despejos arbitrários. Estas medidas contribuirão para elevar a produção de alimentos, que, em grande parte, são produzidos por arrendatários e parceiros.

-Ajuda financeira direta dos bancos oficiais aos pequenos lavradores, proprietários ou não da terra, de modo que o crédito agrícola oficial não seja monopólio, como até agora, dos grandes fazendeiros.

-Estímulo ao cooperativismo entre os pequenos e médios lavradores; fixação de preços mínimos compensadores nas fontes de produção; garantia de transporte eficiente e barato para a produção de gêneros alimentícios; concessão de créditos para a aquisição de instrumentos agrícolas e fornecimento de sementes, adubos e inseticidas aos pequenos e médios agricultores, particularmente quando se dedicarem à produção de alimentos.

-Combate à ação especulativa dos intermediários, com o estabelecimento de ampla rede estatal de armazéns e silos e melhoria do sistema de transporte.

xxx

Evidentemente, um programa econômico-financeiro como o que acima indicamos, em termos gerais, pressupõe certas condições de ordem política. Não po-

derá ser levado à prática por um governo como o atual, estabelecido à base da conciliação com as forças antinacionais e retrógradas, cujos privilégios serão inevitavelmente afetados por aquelas medidas.

Eis porque o problema crucial que investigamos - o de assegurar o desenvolvimento e conter a inflação, sem impor maiores sacrifícios ao povo - terá que encontrar solução, em última instância, no plano da luta política, e não no terreno meramente técnico. Será resolvido na medida em que predominem no poder, com a formação de um governo nacionalista e democrático, as forças interessadas na realização de reformas efetivas, na independência, no progresso e no bem-estar do povo.

NOTA DA REDAÇÃO : O texto acima publicado de MARIO ALVES fazia parte, originalmente, de um estudo crítico sobre o PLANO TRIENAL do governo de João Goulart. Este estudo foi publicado pela editora da UNE em 1963. Além de Mário Alves nele colaborou o economista Paulo Singer. Embora a morte heroica de MARIO ALVES o faça merecedor do mais profundo respeito e admiração por parte do povo brasileiro e em especial dos marxistas brasileiros, não foi tanto como homenagem à sua morte (há um ano atrás), mas pelo valor intrínseco do texto, momento importante da discussão do programa revolucionário brasileiro, e que mutatis mutandis conserva hoje toda sua importância, que o publicamos em Debate-5. Isto não nos impede de render aqui nossa homenagem a este grande combatente da libertação do povo brasileiro, que soube transformar a tortura mortal a que o submeteram os cães raivosos da ditadura em último e supremo combate. Os explorados e oprimidos nunca o esquecerão.

INDICE DO PRESENTE NÚMERO

EDITORIAL : LUTA ANTI-IMPERIALISTA E LUTA ANTI-CAPITALISTA.....	3
JULIA MOURA:	
<u>O movimento estudantil brasileiro : do reformismo à revolução</u> (conclusão).....	13
FERNANDO DE ANDRADE:	
<u>Classe Operária e Camadas Médias-II</u>	28
CARLOS MARIGHELLA:	
<u>A Crise Brasileira (continuação)</u>	31
MORAL BURGUESA E MORAL PROLETÁRIA: <u>Carta de Dilma Borges Vieira a</u> <u>Aparecida Gomide</u>	35
MÁRIO ALVES:	
<u>Plano Trienal-Crítica (Por uma alternativa nacional e popular)</u>	36